



**PÓLIS**  
INSTITUTO DE ESTUDOS,  
FORMAÇÃO E ASSESSORIA  
EM POLÍTICAS SOCIAIS

# São Paulo: Considerações sobre a Proposta Orçamentária para 2006

Odilon Guedes e  
José Augusto Ribeiro (col.)

Dia 30 de setembro passado, o Executivo Municipal enviou para a Câmara de Vereadores de São Paulo o projeto de lei sobre o orçamento de 2006.

A partir do estudo desse projeto de lei, desenvolvemos uma análise sobre a Mensagem que o prefeito José Serra encaminhou à Câmara Municipal. Analisamos também os artigos que compõem o projeto de lei, as receitas e despesas, comparando-as com a do exercício deste ano, as despesas orçamentárias dos Órgãos, das Autarquias, dos Fundos e das Empresas.

## Mensagem da Proposta Orçamentária

A mensagem enviada à Câmara Municipal pelo Prefeito para apresentar o projeto de lei do orçamento e toda projeção de receitas e autorização de despesas aborda questões importantes que precisam ser destacadas.

### Houve Participação Popular?

A primeira questão que nos chamou a atenção foi a menção à participação popular na elaboração da proposta orçamentária para 2006. Essa participação norteou-se, segundo o documento, pela realização de cinco audiências públicas regionalizadas com o objetivo de garantir ampla participação da população no processo orçamentário.

Essas cinco audiências públicas substituíram o Orçamento Participativo - OP implantado durante a gestão da ex-prefeita Marta Suplicy. Como é de nosso conhecimento, o OP é um processo de participação, utilizado por dezenas de prefeituras em nosso país que são dirigidas por diversos partidos políticos. É um instrumento de grande importância para democratizar as informações sobre como são arrecadados e gastos os tributos pagos pelos cidadãos. Essa atividade de participação popular era realizada com dezenas de assembleias por regiões, setores sociais, em que participavam milhares de pessoas. O atual governo municipal extinguiu o OP. Pode haver críticas sobre como era elaborada essa forma de participação popular mas, em vez de extinguí-la, na perspectiva da democratização da gestão deveria haver interesse em aperfeiçoá-la, de ampliar cada vez mais a consulta à população.

Diante desse quadro, em uma cidade com onze milhões de habitantes, não dá para dizer que, com cinco plenárias, e a participação de aproximadamente 500 pessoas, houve ampla participação popular como diz a mensagem que estamos examinando.

### Esvaziamento das Subprefeituras

Outra questão abordada na Mensagem é a informação de que diminuiu a quantidade de unidades orçamentárias, com a justificativa de conferir maior eficiência ao gasto e propiciar uma comparação adequada de custos de funcionamento de diversas unidades. Essa diminuição de unidades orçamentárias refere-se à extinção das 31 Coordenadorias da Saúde e da Educação nas subprefeituras, que foram transformadas em 5 Coordenadorias da Saúde e, em 13 Coordenadorias da Educação.

É necessário lembrar que a lei 13.399/02 possibilitou, na cidade de São Paulo, a transformação das 28 Administrações Regionais em 31 Subprefeituras. A aprovação dessa lei foi um avanço importante, pois, uma metrópole com 11 milhões de habitantes, que possui uma extensa área de ocupação urbana e uma enorme diversidade de problemas como é São Paulo, é extremamente difícil de ser governada, sem que haja uma descentralização de poder e de recursos.

Desde a década de 60 do século passado iniciou-se o processo de descentralização com a divisão da cidade em Administrações Regionais. No final da década de 80 a ex-prefeita Luiza Erundina enviou à Câmara Municipal projeto de criação das Subprefeituras, que não foi votado. Com a aprovação da lei em 2002, encaminhada pela ex-prefeita Marta Suplicy, ampliou-se o processo de descentralização.

Cada Subprefeitura é um universo com muitas características próprias, diferentes de outras regiões da cidade, que precisa ser conhecido e ter um acompanhamento mais direto para que haja encaminhamento e solução dos seus problemas. Houve críticas em relação ao número de 31 com o argumento de que era muito elevado, mas é importante destacar que a média de habitantes por subprefeitura é de 340 mil, maior que a grande maioria dos municípios de nosso país.

Em nosso entender a extinção dessas Coordenadorias nas Subprefeituras foi um enorme retrocesso do ponto de vista da participação e do controle das despesas públicas na cidade.

Na área da educação há centenas de escolas e, centenas de creches diretas, indiretas e conveniadas sob a responsabilidade da Secretaria da Educação. Quando havia as 31 Coordenadorias, as coordenadoras da Educação e o subprefeito, tinham uma visão muito mais próxima dos problemas existentes pois o número de escolas e creches que estavam sob sua responsabilidade era muito menor e eles tinham informações mais precisas sobre as questões existentes, podiam tomar decisões mais rápidas para resolvê-las. Agora o número desses equipamentos sob responsabilidade de cada uma das 13 Coordenadorias, foi multiplicado por 2,5, o que dificultará o conhecimento dos problemas e as decisões para solucioná-los.

Além disso, há outra questão muito importante a ser abordada que é referente ao acompanhamento da execução orçamentária. Quando havia as Coordenadorias por Subprefeituras, podia-se, através da internet, saber a dotação e a execução orçamentária dessas unidades. Através das Coordenadorias de Administração, Educação e Saúde, saber também as dotações e a execução orçamentária em relação a pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e investimentos em pequenas obras. Com a centralização, esse controle ficou muito mais difícil e, portanto, a gestão ficou menos transparente.

Na área da saúde ocorre o mesmo processo que descrevemos para a área da educação e, apesar dos equipamentos dessa área serem em menor número do que os da educação, o número de Coordenadorias passou de 31 para 5, o que torna a situação também bastante difícil.

Sobre os valores do orçamento, a Mensagem informa que a proposta orçamentária prevista para 2006 é de R\$ 16,7 bilhões, 10% superior a de 2005 que é de R\$ 15,2 bilhões.

Em relação a esta questão chama a nossa atenção o fato de que por ocasião do encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias, no primeiro semestre deste ano, o Governo Serra informava que a proposta orçamentária para 2005 estava superestimada e o governo previa que em vez de se arrecadar R\$ 15,2 bilhões, se arrecadaria R\$ 14,2 bilhões (valor constante).

Se o governo municipal projetou a arrecadação de 2006 baseado na avaliação da LDO, de que este ano, isto é, em 2005, a arrecadação vai ser de R\$ 14,2 bilhões, ele está prevendo um aumento de arrecadação para 2006 de 17,5% sobre 2005, o que em nosso entender é muito elevada em vista da atual situação econômica do país, do crescimento do PIB, da inflação e das mudanças de ordem jurídica em relação aos impostos da cidade de São Paulo.

Mais adiante, a Mensagem aborda as reestruturações que estão em curso na organização das atividades de prestação de serviços públicos na cidade de São Paulo o que acabou, segundo o governo, levando a alterações significativas no orçamento das secretarias em 2006 em relação ao deste ano. Aborda ainda um conjunto de investimentos a serem feitos por várias secretarias. Essas mudanças vão ser abordadas quando fizermos uma análise comparativa do orçamento de 2006 com o de 2005 entre as secretarias.

### **Projeto de Lei do Orçamento**

Na análise do projeto de lei, verificamos que dos 20 artigos que o compõe, alguns devem ser destacados.

Do artigo 2º ao artigo 10º são indicados os valores do orçamento, das receitas e despesas, por órgãos, autarquias, empresas, etc, que abordaremos quando formos analisar os números do orçamento.

O artigo 11º autoriza o Executivo a contratar operações de crédito com organismos nacionais e internacionais na seguinte monta:

- a) até o limite de US\$ 16,7 milhões para desenvolver no âmbito do Município de São Paulo o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal – PNAFM.
- b) Até o limite de R\$ 436,4 milhões para desenvolver a 3ª etapa do Programa Prioritário dos Investimentos de Transportes do Município de São Paulo.

Isso significa que o Executivo pede autorização para ampliar o endividamento da cidade até aqueles montantes.

### **O Legislativo Sem Força Para Fiscalizar**

O artigo 13º, por sua vez, autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 15% do total de despesas que é de R\$ 16,7 bilhões. Isso significa, se esse artigo for aprovado sem modificações, que o Executivo poderá remanejar verbas entre as secretarias, sem necessidade de aprovação da Câmara Municipal, no total de R\$ 2,5 bilhões.

É importante destacar aqui que há dotações que não podem ser remanejadas, como pagamento de pessoal e dívidas. Como o pagamento de pessoal do município está projetado em cerca de R\$ 5,1 bilhões e, o pagamento dos juros e do principal da dívida está em torno de R\$ 1,8 bilhão, isto significa que o valor que pode ser remanejado é de R\$ 9,8 bilhões, (R\$ 16,7 bilhões menos R\$ 6,9 bilhões).

Este dado nos leva a constatar que a margem de remanejamento, na realidade não é de 15% e sim de 25,5% isto porque, R\$ 2,5 bilhões de autorização para o remanejamento devem ser calculados em relação a R\$ 9,8 bilhões que é o que pode de fato ser remanejado e não sobre os R\$ 16,7 bilhões, que é o valor total do orçamento.

Aqui é necessário lembrar que a bancada do PSDB na Câmara Municipal, defendeu durante toda a gestão da Prefeita Marta Suplicy que o remanejamento deveria ser de 1%.

A posição que temos defendido é a de que 15% de remanejamento é um valor muito elevado. O percentual de 5% , em nosso entender, é mais adequado para o remanejamento de verbas, pois atende à

demanda por agilização para que o Executivo possa fazer os remanejamentos necessários, mas ao mesmo tempo mantém algum controle do Legislativo sobre o Executivo.

O artigo 14º trata de itens que ficam excluídos do limite de 15%, como os recursos da Reserva de Contingência e outros, que têm impactos menores nos remanejamentos. O artigo 15º, aprova a possibilidade de remanejar recursos no âmbito de cada órgão e o artigo 16º autoriza as Autarquias também a remanejar 15% de suas verbas.

### Receitas Orçamentárias

Vamos analisar a origem das receitas orçamentárias previstas para 2006 e compará-las com as receitas aprovadas em 2005.

**Tabela I**

Discriminação	Orçado 2005	Proposta 2006	Em R\$ Milhões Variação proposta 2006 / orçado 2005
<b>Receitas Correntes</b>	<b>14.596</b>	<b>16.010</b>	<b>9,7%</b>
<i>Receita Própria</i>	<u>7.297</u>	<u>8.039</u>	<u>10,2%</u>
IPTU	2.333	2.677	14,7%
ITBI	300	347	15,4%
ISS	3.063	3.615	18,0%
TAXAS	436	238	-45,3%
Outras Receitas Próprias	1.165	1.163	-0,2%
<i>Transferências da União</i>	<u>1.005</u>	<u>1.214</u>	<u>20,8%</u>
FPM	76	92	21,5%
Transf. SUS	601	741	23,4%
Outras Transferências vindas da União	328	380	15,9%
<i>Transferências do Estado</i>	<u>4.042</u>	<u>4.288</u>	<u>6,1%</u>
Cota-Parte ICMS	3.036	3.222	6,1%
Cota-Parte IPVA	946	1.020	7,8%
Outras Transferências vindas do Estado	60	46	-23,7%
<i>Tranf. Multigovernamental (FUNDEF)</i>	<u>918</u>	<u>959</u>	<u>4,4%</u>
<i>Transferências de Convênios</i>	<u>127</u>	<u>187</u>	<u>47,3%</u>
<i>Outras receitas correntes</i>	<u>1.204</u>	<u>1.324</u>	<u>10,0%</u>
Multas e Juros de Mora	566	772	36,3%
Receita Dívida Ativa	334	296	-11,3%
Receitas Diversas	304	256	-15,8%
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>1.095</b>	<b>1.235</b>	<b>12,7%</b>
Operações de Crédito	444	203	-54,3%
Alienação de Bens	129	143	11,6%
Diversas Receitas governamentais	523	889	70,0%
Deduções da Receita	-492	-511	3,9%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>15.200</b>	<b>16.734</b>	<b>10,1%</b>

Fonte: Proposta Orçamentária para 2006 – anexo I

Como podemos observar, a proposta orçamentária para 2006 prevê uma arrecadação de R\$ 16,7 bilhões, um aumento de 10,1% sobre a proposta de 2005, que é de R\$ 15,2 bilhões. Como já abordamos anteriormente, na proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, o Executivo fazia críticas de que havia ocorrido uma superestimação das receitas para 2005 e recalculava uma queda nessa receita para R\$ 14,2 bilhões portanto, R\$ 1,0 bilhão a menos.

O cenário macroeconômico adotado para projetar a arrecadação, apresentado na Tabela 1, definiu as taxas de inflação, de câmbio, de juros e de crescimento econômico que subsidiaram as estimativas das

receitas. Os valores das principais variáveis macroeconômicas, que constituem o cenário utilizado, foram definidos segundo o Executivo, após consultas junto a órgãos oficiais que realizam esse tipo de estimativa, como o BACEN, o IPEA, etc.

Esse cenário é baseado num crescimento do PIB em 3,78% , na taxa média Selic de 15,88% no aumento do IPCA (variação média) de 5,38% , no crescimento do Mercado Imobiliário em 1,89% e na cotação média do euro em R\$ 3,65 e do dólar médio em R\$ 2,92.

As receitas correntes estão previstas crescer em 9,7% em relação a 2005, passando de R\$ 14,6 bilhões para R\$ 16,0 bilhões.

Em relação as receitas próprias, que são aquelas de responsabilidade direta do município verificamos o seguinte:

Para o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU está previsto um aumento de 14,7% passando de R\$ 2,3 bilhões para R\$ 2,7 bilhões, o que é um aumento bastante expressivo.

A justificativa para esse aumento está baseada em um ganho de IPTU em virtude da remissão das taxas de Conservação, Limpeza e Sinistro já consideradas inconstitucionais, mas lançadas anteriormente no mesmo carnê do IPTU, que ficava sem cobrança enquanto se discutia a cobrança das taxas. Sobre este item, como a chamada taxa do lixo deixará de existir, os carnês que ficaram sem cobrança agora terão que ser pagos, ou seja, haverá aumento de arrecadação de impostos que não foram pagos nos anos 2004 e 2005.

Foram considerados, para 2006, os parâmetros específicos aos quais se somaram os acréscimos decorrentes de mudanças legais introduzidas ou a introduzir. Acrescentou-se também o aumento nos valores do cadastro imobiliário, bem como uma expectativa de queda na inadimplência do pagamento deste imposto.

Em relação ao Imposto de Transmissão de Bens Intervivos – ITBI, o aumento deve ser de 14,7% o que é um número também significativo, passando de R\$ 300,0 milhões para R\$ 347,0 milhões. Este aumento está previsto levando em consideração a instituição de nova sistemática de apuração e o crescimento estimado de 1,89% do mercado imobiliário, além das mudanças na legislação.

Para o Imposto Sobre Serviços- ISS está previsto o maior aumento percentual entre as receitas próprias, aumento da ordem de 18,0%, passando de R\$ 3,1 bilhões para R\$ 3,6 bilhões. O Executivo justifica esta previsão baseado no seguinte:

- Ganho de ISS em decorrência da utilização do emissor de cupom fiscal - Os contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS deverão utilizar o equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF). O ECF é um equipamento de automação comercial com capacidade de emitir documentos fiscais e realizar controles de natureza fiscal, referentes a prestações de serviços sujeitas ao ISS. Os contribuintes obrigados à emissão de cupom fiscal ficam, a partir da sua efetiva utilização, dispensados da emissão de Nota Fiscal de Serviços - DECRETO Nº 46.233 de 29/08/05;
- Ganho em função da instituição da exigência de que empresas estabelecidas fora do Município procedam ao respectivo cadastramento junto à PMSP;
- Ganho com a implantação da Nota Fiscal Eletrônica - Projeto de Lei de autoria do poder Executivo que institui a Nota Fiscal Eletrônica. Esta Nota Fiscal será emitida na ocasião da prestação de serviços. O tomador de serviços, do município de São Paulo, poderá utilizar parcela do ISS devidamente recolhido para abatimento do IPTU (30% para pessoa física e 10% para pessoa jurídica). A regulamentação da Lei irá disciplinar a emissão da Nota Fiscal

Eletrônica e definir os serviços passíveis de geração de crédito para os tomadores de serviços (PL 634 de 13/10/05);

- Ganho ISS baseado na elasticidade-PIB do ISS de 1,35 - ou seja, cada 1% de crescimento do PIB se refletirá num crescimento de 1,35% do ISS.

A respeito das Taxas, está prevendo-se uma queda de 45,3%, diminuindo de R\$ 436,0 milhões para R\$ 238,0 milhões tendo em vista que deve ser aprovada lei que extingue a TRSD a chamada Taxa do Lixo e também da COSIP, Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública para residentes em ruas, avenidas, praças e demais logradouros que não possuem iluminação pública.

Em relação a Outras Receitas Próprias (receita Patrimonial, Industrial e de Serviços e Imposto de Renda Retido na Fonte) praticamente não houve alteração passando de R\$ 1.165 bilhão para R\$ 1.163 bilhão.

É importante ainda informar que se está esperando ganho dos Tributos em função da implantação do Conselho Municipal de Tributos; em função da instituição do Cadastro de Inadimplentes (CADIN) e decorrente da instituição do Programa de Parcelamento Incentivado.

Sobre o item Transferências da União a previsão é de um aumento de cerca de 20,0% passando de R\$ 1,0 bilhão para R\$ 1,2 bilhão. Neste caso está se prevendo aumento do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, de 21,5%, passando de R\$ 76,0 milhões para R\$ 92,0 milhões - o que, do ponto de vista absoluto, é pouco representativo; e um aumento da Transferência do SUS da ordem de 23,4% aumentando de R\$ 601,0 milhões para R\$ 741,0 milhões. Vale ressaltar que já em 2004 o valor arrecadado foi de R\$ 842 milhões, ou 13,6% acima do valor estimado para 2006.

Em relação a Outras Transferências da União o aumento previsto é de 15,9%, passando de R\$ 328,0 milhões para R\$ 380,0 milhões.

Ao analisarmos as Transferências do Estado vamos verificar uma projeção de aumento de arrecadação da ordem de 6,1% que é bem menor do que os demais aumentos previstos.

Em relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, a previsão de aumento é de 6,1%, passando de R\$ 3,0 bilhões para R\$ 3,2 bilhões. Em relação ao IPVA, prevê-se um aumento um pouco maior de 7,8% - de R\$ 946,0 milhões para R\$ 1,0 bilhão.

A estimativa dessas transferências, segundo as justificativas do governo municipal, está coerente com o valor estimado pelo Governo do Estado de São Paulo para 2006 e, no caso do ICMS, com o Índice definitivo de Participação do Município de São Paulo na arrecadação do Estado. O percentual do ICMS sobre o total da receita cairá de 20,0% em 2005, para 19,3% em 2006.

Aqui é necessário assinalar que, enquanto as transferências do Estado, como acabamos de ver, terão um aumento de 6,1% a 7,8%, mais condizentes com a expectativa de aumento do PIB e de outras variáveis, as receitas próprias da Prefeitura terão variações expressivas, principalmente do ISS, baseado nas mudanças ocorridas na legislação referente a esse imposto.

Sobre Outras Transferências do Estado está se prevendo uma queda de 23,7% diminuindo de R\$ 60,0 milhões para R\$ 46,0 milhões.

Abordando agora as Transferências Multigovernamentais – FUNDEF – a projeção é que haja um aumento de 4,4% isto significa que passará de R\$ 918,0 milhões para R\$ 959,0 milhões.

Sobre Transferências de Convênios a previsão é de um aumento de 47,3% passando de R\$ 127,0 milhões para R\$ 187,0 milhões.

O aumento previsto é explicado pelo incremento de 17% sobre as transferências de convênios da União, 57% sobre as transferências do Estado e mais um acréscimo de R\$ 18 milhões referentes a transferências de instituições privadas e transferências vindas do exterior que não foram previstas para o exercício de 2005.

Em relação a Outras Receitas Correntes a previsão é de um aumento de arrecadação de 10,0%. Uma análise desta expectativa de arrecadação prevê um aumento de Multas e Juros de Mora da ordem de 36,3%, isto significa um aumento de R\$ 566,0 milhões para R\$ 772,0 milhões; uma queda da arrecadação da Receita da Dívida Ativa de 11,3%, diminuindo de R\$ 334,0 milhões para R\$ 296,0 milhões; e uma queda também para Receitas Diversas, diminuindo de R\$ 304,0 milhões para R\$ 256,0 milhões.

As Receitas de Capital estão estimadas para ter um aumento de 12,7% passando de R\$ 1,1 bilhão para R\$ 1,2 bilhão.

Para Operações de Crédito está se prevendo uma diminuição de 54,3% passando de R\$ 444 milhões para R\$ 203,0 milhões.

Em relação à Alienação de Bens prevê-se um aumento de 11,6% , de R\$ 129,0 milhões para R\$ 143,0 milhões e, Diversas Receitas deverá, segundo a projeção, ter um aumento expressivo de 69,8%, de R\$ 523,0 milhões para R\$ 889,0 milhões.

O aumento das Receitas de Capital decorre principalmente das transferências de capital, que saltam de R\$ 339,7 milhões para R\$ 707,7 milhões. Estas transferências englobam: transferências de recursos do SUS, programas de Educação, tanto da União quanto do Estado. Em 2005 não houve previsão para transferências do Estado e para 2006 a previsão é de R\$ 97 milhões, através de Transferências de Recursos do SUS, realizado pela Secretaria de Estado.

## **Despesas Orçamentárias**

### **Despesas Gerais por sua Natureza**

Natureza da Despesa é a forma de identificar o impacto do gasto público na economia. Ela é dividida em 04 grupos – Categoria Econômica (corrente ou capital); Grupo de Despesas (que pode ser pessoal, encargos da dívida, etc); Modalidade da Aplicação (indica por quem os recursos são aplicados) e Elemento de Despesa (que identifica se os recursos são para pessoal, serviços de terceiros, consumo, investimentos, etc). Esta definição é obrigatória e igual em todo o território brasileiro, seguindo a Legislação Federal – Portaria Interministerial nº 163 de 04/01/01.

Vamos analisar as despesas do município discriminadas por sua natureza.

Tabela II

<b>Natureza da Despesa</b>	<b>Orçado 2005</b>	<b>Proposta 2006</b>	<b>Em R\$ milhões</b>
			<b>Variação percentual</b>
Pessoal	5.048,6	5.108,8	1,2%
Consumo	530,5	742,2	39,9%
Terceiros	3.755,2	4.607,9	22,7%
Investimento	1.883,3	2.426,9	28,9%
Desp. Exerc. Anteriores	585,2	129,9	-77,8%
Demais Despesas	3.397,2	3.718,2	9,5%

<b>Natureza da Despesa</b>	<b>Orçado 2005</b>	<b>Proposta 2006</b>	<b>Varição percentual</b>
<b>Total</b>	<b>15.200,0</b>	<b>16.733,9</b>	<b>10,1%</b>

Fonte: Proposta Orçamentaria para 2006 – anexo I

Como podemos observar na tabela acima vemos que os gastos com Pessoal e Encargos Sociais terão um acréscimo de 1,2%, passando de R\$ 5,04 bilhões orçados em 2005 para R\$ 5,10 bilhões na proposta para 2006. Por esses dados podemos verificar que na prática, não haverá espaço de aumento para o funcionalismo em 2006. É importante destacar que a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que o gasto com o pagamento de pessoal e encargos sociais pode atingir no máximo 60% das receita corrente líquida. Considerando que a receita corrente líquida da cidade de São Paulo para 2006 deverá chegar à casa dos R\$ 15,4 bilhões, as despesas com o funcionalismo podem chegar á casa dos R\$ 8,1 bilhões, pois, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que o limite prudencial para esta despesa é de 95% dos R\$ 8,6 bilhões, que representa 60% das receitas correntes líquida, portanto, há um amplo espaço para o aumento dessa categoria profissional.

Em relação ao Material de Consumo, para 2005 o valor orçado foi de R\$ 530,5 milhões, enquanto em 2006 a proposta ficou em R\$ 742,2 milhões, um expressivo aumento de 39,9%. Destacamos neste item a ação com Conservação de Vias e Logradouros Públicos com R\$ 11,1 milhões, a Operação e Manutenção dos Serviços de Ensino com R\$ 29,7 milhões e a Manutenção das unidades de Saúde, Vigilância e Dengue com R\$ 38,8 milhões.

O item Serviços de Terceiros – que engloba prestação de serviços de pessoas físicas e jurídicas – teve, em 2005, um orçamento de 3,75 bilhões e para 2006 a proposta é de R\$ 4,60 bilhões, apresentando 22,7% de aumento. Nesse item estão as dotações das empresas que prestarão serviços para a prefeitura, sendo o principal programa o de Limpeza Pública, que consumirá R\$ 683,6 milhões. Outra ação que se destaca neste item é o Gerenciamento de Transporte com R\$ 140 milhões.

Ocorrerão também gastos importantes com Serviços de Terceiros na área de Educação, como o Transporte Escolar, que consumirá R\$ 103,4 milhões e o Fornecimento de Uniformes e Material Escolar, com previsão de R\$ 90,0 milhões. Na área da Saúde temos a Operação e Manutenção de Unidades de Saúde, Vigilância e Dengue com R\$ 113,5 milhões e a Operação e Manutenção do Programa Saúde da Família – PSF com R\$ 321,9 milhões.

Os Investimentos tiveram um orçamento de 1,88 bilhão em 2005, e para 2006 o valor é de R\$ 2,42 bilhões, aumentando 22,7%.

Os principais recursos para investimentos para 2006 estão alocados na Intervenção do Sistema Viário, como a Implantação do Corredor Expresso Tiradentes, o Sistema Viário Jacú-Pêssego e Intervenção no Sistema Viário Estrutural-Marginais, R\$ 571,7 milhões, ou 23,6% do total previsto.

A área da Saúde terá R\$ 284,7 milhões, 11,7%, concentrando os recursos na Construção e Instalação do Hospital de M'Boi Mirim, na Construção e Instalação do Hospital de Cidade Tiradentes e na Aquisição de Equipamentos para Unidades de Saúde.

A Educação terá R\$ 177,1 milhões, o que dá 7,3% dos recursos. Esses recursos serão aplicados na Construção de Unidades Educacionais de Ensino Infantil, Construção de Unidades Educacionais Integradas e Reforma e Ampliação de Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio.

Em relação à Ação Centro – BID, serão aplicados R\$ 189,9 milhões, ou seja, 7,8% dos recursos, concentrados na Transformação do Perfil Social e Econômico da Área, Transporte e Circulação no Centro e na Requalificação do Espaço Público.



Os Projetos e Ações Habitacionais terão 5,8% com Projetos e Ações de Apoio Habitacional e Projetos e Ações de Regularização em Loteamentos Irregulares.

As Despesas de Exercícios Anteriores ficaram com R\$ 585 milhões para 2005, e a proposta de 2006 diminui este valor para R\$ 129,0 milhões, ou seja, um recuo de 77,8%.

Do total dessas despesas, para 2006, a secretaria de Transportes tem previsto R\$ 24,5 milhões, a secretaria de Serviços R\$ 57,2 milhões e a secretaria de Saúde R\$ 11,2 milhões.

Nas Demais Despesas (que englobam, entre outras, a dívida do município, que será tratada adiante), para 2005 o orçamento foi de R\$ 3,39 bilhões e para 2006 a proposta é de R\$ 3,71 bilhões, com um acréscimo de 9,5%.

### **Despesas Institucionais – A Dança dos Valores**

Vamos proceder à análise da proposta orçamentária a partir da classificação institucional (por secretarias) e compará-las com o orçamento aprovado de 2005. Ressaltamos que o governo atual ampliou atividades de algumas secretarias, extinguiu e criou outras, portanto, haverá mudanças importantes nas dotações orçamentárias de 2006 em comparação com 2005, o que dificulta uma análise comparativa.

Antes de iniciarmos a análise, é importante refletirmos sobre essa questão de que cada governo novo, ao tomar posse, invariavelmente cria ou extingue secretarias, muda funções de secretarias existentes, criando dessa forma, dificuldades para um efetivo planejamento e um acompanhamento das atividades da ação pública na idade.

Tabela III

**Proposta Orçamentária 2006**  
**Distribuição do Gasto por Classificação Institucional**

DESCRIÇÃO	Em R\$ Milhões		
	Orçado 2005	Proposta 2006	% 2006 / 2005
Câmara Municipal	260,5	267,6	2,7%
Tribunal de Contas	101,4	91,8	-9,6%
Secretaria do Governo Municipal	84,0	192,8	129,5%
Secretaria de Coordenação das Subpref.	128,5	125,1	-2,6%
Secretaria de Planejamento	16,3	160,9	887,8%
Secretaria de Habitação	256,6	158,1	-38,4%
Secretaria de Gestão	31,6	532,0	1.581,3%
Secretaria de Educação	766,9	3.101,0	304,4%
Secretaria de Finanças	137,4	215,3	56,7%
Secretaria da Saúde	2.124,6	3.031,7	42,7%
Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação	46,5	60,9	30,9%
Secretaria de Transportes	818,5	948,1	15,8%
Secretaria dos Negócios Jurídicos	87,4	96,4	10,3%
Secretaria de Infra-Estrut. Urb. e Obras	465,2	590,3	26,9%
Secretaria de Serviços	613,5	711,7	16,0%
Secretaria de Assist e Desenv. Social	53,5	238,3	345,7%
Secretaria de Cultura	154,8	173,1	11,9%
Secretaria do Verde e do Meio Ambiente	78,8	94,0	19,3%
Encargos Gerais do Município	4.501,3	4.338,1	-3,6%
Secretaria de Comunicação	54,4	55,2	1,6%
Secretaria do Trabalho	263,8	48,5	-81,6%
Secretaria de Relações Internacionais	3,2	4,1	27,6%
Ouvidoria Geral do Município de São Paulo	2,5	2,3	-8,0%
Total Subprefeituras	2.955,0	729,0	-75,3%
Total Fundos	687,8	739,9	7,6%
Secretaria de Abastecimento	355,2		Extinta
Secretaria de Segurança Urbana	150,8		Extinta
Secretaria Especial para Participação e Parceria		20,6	Criada
Secretaria Especial da Pessoa com Def e Mobil Red		7,1	Criada
Fundo de Preserv do Patrim Histórico e Cultural		0,001	Criada
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>15.200,0</b>	<b>16.733,9</b>	<b>10,1%</b>

Fonte: Proposta Orçamentária para 2006 – anexo I

Antes de começarmos a análise das secretarias, verificamos que para a Câmara Municipal, em 2006, foi estabelecida uma previsão de despesas de R\$ 267,6 milhões, um aumento de 2,7% em relação a 2005. Portanto, não houve grandes mudanças no orçamento.

Em relação ao Tribunal de Contas do Município houve uma diminuição de mais de 10%, passando de R\$ 101,4 milhões em 2005 para R\$ 91,7 milhões em 2006. Isso ocorreu em virtude das reduções dos recursos destinados ao pagamento das aposentadorias desse órgão, devido a alterações na legislação, que agora está a cargo do IPREM – Instituto de Previdência Municipal. Com a aprovação do projeto de lei reformulando as atribuições do IPREM, enviado pelo Executivo e aprovado pela Câmara de Vereadores, este Instituto passou a ser o responsável também pelo pagamento das aposentadorias. Para custear esses encargos, as contribuições da Prefeitura passaram de 2% para 22% e a dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas passou de 5% para 11% sobre os salários, com limite para inativos e pensionistas de R\$ 2.508,72.

Quanto ao Poder Executivo temos a seguinte situação:

Na Secretaria do Governo Municipal houve um aumento de 129,5% passando de R\$ 84,0 milhões em 2005 para R\$ 192,8 milhões em 2006. Esse aumento está relacionado à incorporação da Guarda Civil Metropolitana a esta secretaria, através da Coordenação de Segurança Urbana.

Na Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras ocorreu uma pequena diminuição da dotação orçamentária, passando de R\$ 128,5 milhões em 2005 para R\$ 125,1 milhões em 2006, 2,2 % a menos. Este valor incorpora, segundo o governo, as reduções dos custos de contratação dos serviços de manutenção, ocorridos em 2005.

Na Secretaria do Planejamento houve um expressivo aumento de 887,8% passando R\$ 16,3 milhões para R\$ 160,9 milhões. Esse aumento está relacionado ao fato dessa secretaria, na atual gestão, assumir a responsabilidade pelo planejamento orçamentário e pelo acompanhamento da execução dos orçamentos aprovados. Além de novas atividades atribuídas à secretaria, aportam para este item, no orçamento de 2006, parte dos recursos oriundos das operações de crédito destinados aos projetos de revitalização do centro histórico de São Paulo. Em 2006, cerca de R\$ 99 milhões, oriundos de operações de crédito estão alocados na Secretaria Municipal de Planejamento. Aqui devemos refletir se é tecnicamente correto, o fato de uma secretaria meio, tomar a si atividades de secretarias fim.

Na Secretaria da Habitação houve uma queda expressiva de sua dotação em 2006, passando de R\$ 256,6 milhões em 2005 para R\$ 158,1 milhões em 2006. Este valor, segundo o Executivo, não significa que os recursos da área de habitação diminuam, mas sim que o orçamento de 2005 contava com recursos de outras esferas de governo, que efetivamente não têm ingressado nos cofres municipais. O principal projeto excluído na proposta de 2006 foi “Programas de ações de apoio habitacional” – R\$ 63,7 milhões.

Aqui cabe perguntar: quem seria o responsável pela falha na previsão das transferências? Que gestões o atual governo está fazendo para aumentar os recursos em uma área tão importante quanto a habitação?

Na Secretaria de Gestão houve também um aumento extraordinário de recursos, da ordem de 1.581,3%, passando de R\$ 31,6 milhões em 2005 para R\$ 532,0 milhões em 2006. A justificativa para um aumento tão significativo está relacionada ao aumento de unidades orçamentárias/Coordenadorias passando de uma (Gabinete) para quatro (Gabinete; Coordenadoria do Governo Eletrônico e Gestão de Informação; Departamento de Merenda Escolar; Departamento de Gestão de Suprimentos e Serviços), sendo que apenas no Departamento de Merenda Escolar o orçamento previsto é de R\$ 438,3 milhões. Aqui, deveria ser discutido se tecnicamente as dotações da merenda escolar não deveriam ficar com a Secretaria do Abastecimento e por que foram para a Secretaria de Gestão.

Na Secretaria da Educação houve uma triplicação da dotação desta secretaria, aumentando em 304,4%, passando de R\$ 766,9 milhões para R\$ 3.101,0 bilhões em 2006. Esse aumento significativo não é um aumento efetivo para a educação e está relacionado à redução do número de Coordenadorias de Educação de 31 para 13 coordenadorias, que estavam organizadas nas Subprefeituras. Os recursos que estavam alocados nessas Coordenadorias foram centralizados na Secretaria da Educação novamente.

A Secretaria de Finanças teve um aumento de dotação da ordem de 56,1%, passando de R\$ 137,4 milhões em 2005 para R\$ 215,3 milhões em 2006. Essa posição reflete uma reestruturação das atividades dessa secretaria. Ações com objetivo de melhorar a eficiência na cobrança dos tributos resultaram um significativo aumento dos custos, particularmente com os Correios. Para 2006, estão previstas campanhas publicitárias orientando a população da cidade quanto às formas de pagamento de tributos. Destacamos novos gastos com a Implantação e Operação do Sistema de Informação e Comunicação, R\$ 23,2 milhões, com o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal – PNAFM – R\$ 22,2 milhões.

A Secretaria da Saúde recebeu mais recursos em 2006 do que em 2005, aumento da ordem de 42,7%, sua dotação orçamentária passa de R\$ 2,1 bilhões para 3,0 bilhões. Esse aumento tem a mesma

justificativa do que ocorreu com a secretaria da Educação isto é, a centralização dos recursos. As 31 Coordenadorias da área da Saúde foram reduzidas para 5 e os recursos que eram alocados nas Coordenadorias, como já dissemos, voltaram para a Secretaria. O orçamento da Saúde conta ainda com recursos advindos de parcerias com o Governo do Estado de São Paulo, particularmente, na construção dos hospitais M'Boi Mirim e Cidade Tiradentes e na operação das Unidades de Assistência Médica Ambulatorial (AMA).

Na Secretaria dos Esportes houve um aumento de dotação, passando de R\$ 46,5 milhões em 2005, para R\$ 60,9 milhões em 2006, um aumento de 30,9%. Parte deste incremento se deve à prioridade concedida ao Centro Olímpico. Ademais, a Secretaria passará a assumir a operação e manutenção de alguns equipamentos esportivos que estavam sob responsabilidade das subprefeituras.

Na Secretaria dos Transportes houve um aumento de dotação da ordem de 15,8%, passando de R\$ 818,4 milhões em 2005 para R\$ 948,1 milhões em 2006. Para 2006, R\$ 29 milhões estão previstos para o aumento de capital das empresas CET e SPTrans, com o objetivo, segundo o Executivo, de se reduzir a enorme defasagem tecnológica destas empresas. Projetos como o corredor de cargas da Avenida Bandeirantes e o Corredor Expresso Cidade Tiradentes são considerados prioritários e estão refletidos no orçamento de 2006.

A Secretaria de Negócios Jurídicos terá um aumento de dotação de 10,3% passando seus recursos de R\$ 87,4 milhões para 96,3 milhões.

A Secretaria de Infra – Estrutura terá um acréscimo de dotação de 26,9% aumentando de R\$ 465,2 milhões em 2005 para 590,3 milhões em 2006. Este incremento reflete a execução de projetos importantes como a recuperação viária das Marginais Tietê e Pinheiros, a interligação da Radial Leste, a continuidade das obras da Jacú-Pêssego, a construção das alças e das pontes que interligam a Avenida Jornalista Roberto Marinho à Marginal Pinheiros, as canalizações de diversos córregos e as obras de manutenção nos viadutos da cidade. Ademais, a Secretaria de Infra Estrutura Urbana passa por significativas reestruturações, sendo as principais o fortalecimento do departamento de projetos e a incorporação do Departamento de Edificações (EDIF).

A Secretaria de Serviços terá um aumento de verbas de 16,0% passando de R\$ 613,5 milhões para R\$ 711,7 milhões.

A Secretaria de Assistência Social terá um incremento de dotação de 345,7% aumentando sua dotação de R\$ 53,5 milhões em 2005 para R\$ 238,3 milhões em 2006. Isto se deve à incorporação do Programa de Garantia de Renda Mínima às atividades dessa secretaria.

A Secretaria de Cultura terá um aumento de 11,9%, passando de R\$ 154,7 milhões para R\$ 173,1 milhões. Este incremento é observado pelo acréscimo de, aproximadamente, R\$ 46 milhões com projetos. Dentre os projetos previstos para 2006 está a reforma e a ampliação da Biblioteca Mário de Andrade, a reforma e ampliação do Teatro Municipal, a recuperação de equipamentos culturais e a revitalização das ações culturais.

A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente têm um aumento de 19,3% passando de R\$ 78,8 milhões para 94,0 milhões. A principal razão do incremento no orçamento se deve às atividades de operação e manutenção de parques. Cerca de 16 novos parques foram criados, mas apresentavam poucas condições de aproveitamento por parte da população. Em 2005 e 2006 grande parte dos recursos da Secretaria se destina a oferecer condições adequadas para a utilização desses parques. Ademais, a secretaria tem como prioridade a implantação de ciclovias na cidade, a execução de projetos de arborização, a reforma do Planetário e a revitalização do Parque do Trote.

No item orçamentário Encargos Gerais do Município; (só tem existência contábil, sendo que os valores destinados a ele são gerenciados por órgãos específicos, dependendo do tipo de despesa que esteja sendo realizado) está prevista uma queda de 3,6% diminuindo de R\$ 4,5 bilhões para R\$ 4,3 bilhões.

Neste item contábil as principais despesas são com pessoal e encargos sociais (que engloba pagamento de pessoal de outras entidades, contribuição ao PASEP, insuficiência do regime previdenciário, sentenças judiciais de natureza alimentar, sendo esta despesa gerenciada pela Secretaria de Gestão Pública). Aí também estão lançadas as despesas com a dívida pública, gerenciada pela Secretaria de Finanças, e despesas de exercícios anteriores, alocadas neste item e gerenciadas por cada órgão gerador dessa despesa.

A Secretaria de Comunicação terá um aumento de 1,6%, passando de 54,4 milhões para R\$ 55,2 milhões, portanto manteve valores bastante semelhantes.

A Secretaria do Trabalho teve uma queda significativa de 81,5%, diminuindo de R\$ 263,8 milhões para R\$ 48,5 milhões. A secretaria transferiu aos demais órgãos da Prefeitura a prestação de serviços de acolhimento às pessoas com necessidades sócio-econômicas. Os recursos do Programa Renda Mínima, no valor de R\$ 205,0 milhões, serão transferidos em 2006 para Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

A Secretaria de Relações Internacionais teve um aumento de dotação de 27,6 % passando de R\$ 3,2 milhões para R\$ 4,1 milhões.

A Ouvidoria Geral teve uma queda de dotação de 8 %, passando de R\$ 2,5 milhões em 2005 para R\$ 2,3 milhões em 2006.

Duas novas secretarias foram criadas na atual gestão. A Secretaria Especial para Participação e Parceria, que conta com R\$ 20,6 milhões no orçamento de 2006 e se propõe a ser um canal interlocutor e aglutinador das propostas e reivindicações dos vários segmentos existentes na sociedade. E a Secretaria Especial da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, com orçamento de R\$ 7 milhões e que tem como missão transformar a cidade de São Paulo numa cidade planejada para receber os portadores de necessidades especiais de acessibilidade. As atividades da secretaria estão focadas no desenvolvimento de projetos, cuja implementação ficará sob responsabilidade das subprefeituras e demais órgãos finalísticos.

Como pudemos observar, houve importantes mudanças das propostas de dotações para as secretarias em 2006 em relação a 2005.

### **Despesas Orçamentárias das Autarquias**

Conforme definido na Lei Municipal nº 13271/2002, as Autarquias Hospitalares foram criadas, sob regime especial, para a promoção e execução das ações e serviços públicos de saúde de atenção médico-hospitalar. Suas atribuições observarão os princípios e normas definidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS. O intuito foi descentralizar as ações e serviços de saúde no município. Estas Autarquias estão vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde e suas receitas são constituídas principalmente pela dotação anual da Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Saúde. Em relação ao Hospital do Servidor Público, sua atribuição específica é o atendimento ao funcionário público e seus familiares e dependentes. Como as outras autarquias hospitalares, sua principal receita também é constituída pela dotação anual da Prefeitura Municipal.

Quanto ao Instituto de Previdência – IPREM, suas atribuições são promover benefícios previdenciários, administrar o sistema de previdência e administrar a carteira imobiliária de empréstimos a seus segurados e pensionistas, é vinculado à Secretaria Municipal de Gestão.

A Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia está vinculada à Secretaria Municipal de Educação e tem por finalidade a manutenção do ensino técnico profissionalizante e o desenvolvimento tecnológico.

A Autoridade Municipal de Limpeza Urbana; atuará, conforme Lei nº 13,478/2002, no desenvolvimento do serviço de limpeza urbana. O vínculo orçamentário encontra-se na Secretaria Municipal de Serviços.

O Serviço Funerário do Município está vinculado à Secretaria de Serviços.

Vamos analisar os valores orçamentários de cada Autarquia na Tabela IV

**Tabela IV**

DESCRIÇÃO	Orçado 2005	Orçado 2006	% 2006 / 2005
Autarquia Hosp. Munic. Regional Tatuapé	146,7	112,7	-23,16%
Hosp. Servidor Público Municipal	145,1	129,6	-10,67%
Instituto da Previdência Municipal de São Paulo	337,2	1.789,3	430,55%
Serviço Funerário do Município de São Paulo	95,1	87,8	-7,68%
Autarquia Hosp. Munic. Regl Erm Matarazzo	181,2	121,1	-33,20%
Autarquia Hosp. Munic. Regional Jabaquara	77,7	59,0	-24,02%
Autarquia Hosp. Munic. Regional Campo Limpo	114,8	90,2	-21,39%
Autarquia Hosp. Munic. Regional Central	103,4	77,6	-24,93%
Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	10,0	3,0	-70,00%
Autoridade Municipal de Limpeza Urbana		0,001	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.211,2</b>	<b>2.470,4</b>	<b>103,95%</b>

Fonte: Proposta Orçamentária para 2006 – anexo IV e Lei nº 13.942/04 (Lei do Orçamento 2005)

Podemos observar pelos dados acima que houve um aumento no total geral das dotações das Autarquias em 103,9%, passando de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 2,5 bilhões. Veremos, ao analisar as dotações de cada Autarquia, que todas tiveram queda na dotação entre 2005 e 2006, a não ser o IPREM – Instituto da Previdência Municipal, onde houve um aumento expressivo de 430,6%, passando de uma dotação em 2005 de R\$ 331,1 milhões para R\$ 1,8 bilhão em 2006. Isso ocorreu, como já apontamos na análise da diminuição das despesas do TCM, devido às mudanças em relação à previdência dos funcionários públicos do município de São Paulo.

Analisando agora o comportamento de cada Autarquia temos o seguinte quadro:

A Autarquia do Hospital municipal Regional Tatuapé teve uma diminuição de 23,2 % em sua dotação de 2006 em relação a 2005, passando de R\$ 146,7 milhões para R\$ 112,7 milhões.

Na Autarquia do Hospital do servidor Público Municipal também houve uma queda na dotação de 10,7%, diminuindo sua dotação de R\$ 145,1 milhões para R\$ 129,6 milhões.

Na Autarquia do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo houve um expressivo aumento de 430,55%, passando de R\$ 337,2 milhões para R\$ 1,8 bilhão. Esse aumento ocorreu em virtude das mudanças na legislação sobre a aposentadoria e a contribuição dos servidores públicos municipais e o novo papel do IPREM em relação a essa questão.

No Serviço Funerário do Município ocorreu uma queda de 7,7%, passando de R\$ 95,1 milhões em 2005 para R\$ 87,8 milhões em 2006.

Na Autarquia do Hospital Regional de Ermelino Matarazzo houve uma queda de 33,2%, diminuindo de R\$ 181,2 milhões para R\$ 121,1 milhões.

Na Autarquia Hospital Regional Jabaquara também houve queda na dotação de 24,1%, diminuindo de R\$ 77,7 milhões para R\$ 59,0 milhões.

Na Autarquia Hospital Regional Campo Limpo o orçamento diminuiu em 21,4%, sua dotação inicial passou de R\$ 114,8 milhões para R\$ 90,2 milhões.

A Autarquia do Hospital Regional Central perdeu 25,0%, passando de R\$ 103,4 milhões para R\$ 77,6 milhões.

Na Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia houve uma queda expressiva de 70,0% entre 2005 e 2006, sua dotação passou de R\$ 10,0 milhões para R\$ 3,0 milhões.

Diante dos dados levantados presume-se que as autarquias hospitalares não só continuarão enfrentando os vários problemas no atendimento à população que já ocorriam no governo passado, como provavelmente estes poderão se agravar, pois perderam recursos na área de manutenção dos serviços e os recursos para investimentos foram quase totalmente cortados. Como exemplo a Autarquia Hospitalar do Tatuapé teve seus recursos para investimento reduzidos de R\$ 13,2 milhões para R\$ 142 mil e a Autarquia Hospitalar de Ermelino Matarazzo caiu de R\$ 14,9 milhões para R\$ 4 mil.

### Despesas Orçamentárias dos Fundos<sup>1</sup>

Os FUNDOS MUNICIPAIS são contas específicas, definidas por lei, para as quais são direcionados recursos geralmente vinculados a algum tipo de atividade. A movimentação financeira destes fundos normalmente está atrelada à criação de conselhos paritários (com membros do governo e da sociedade civil) que têm entre as suas atribuições a fiscalização destes recursos. (Definido na Lei Federal nº 4.320/64 nos artigos 71 e 72). Alguns conselhos possuem caráter deliberativo, ou seja, decidem tanto sobre a política pública para a qual o recurso está destinado, quanto sobre o destino do referido recurso.

**Tabela V**

DESCRIÇÃO	Orçado 2005	Em R\$ milhões	
		Orçado 2006	% orc 2006 / orc 2005
Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação	0,1	0,1	0,00%
Fundo Munic dos Direitos da Criança e do Adolesc	6,6	18,2	175,25%
Fundo Municipal de Habitação - COHAB	88,9	68,1	-23,40%
Fundo Mun. Sist. dos Corred Segreg Exclus. p/Tráf	281,9	226,0	-19,82%
Fundo Municipal de Assistência Social	131,5	245,0	86,37%
Fundo Esp do Meio Amb e Desenv Sustentável	1,0	1,3	33,20%
Fundo Esp de Promoção de Atividades Culturais	1,4	11,4	714,56%
Fundo Municipal de Turismo	1,5	1,5	0,00%
Fundo de Proteção Patrim Cultl e Ambtal Paulistano	0,001	0,001	0,00%
Fundo de Desenvolvimento Urbano	0,001	0,001	0,00%
Fundo Municipal de Iluminação Pública	175,0	168,3	-3,84%
Fundo de Preservação do Patrim Histórico e Cultural		0,001	Criado

<sup>1</sup> No anexo I apresentamos as Leis e Decretos que regulamenta cada Fundo Municipal apresentados na tabela V

**TOTAL GERAL****687,8      739,9      7,57%**

Fonte: Proposta Orçamentária para 2006 – anexo I

Podemos observar na Tabela acima que a dotação total para os Fundos Municipais em 2006, aumentou 7,6% em relação a 2005, passando de R\$ 687,8 milhões para R\$ 739,9 milhões.

Analisando cada um desses Fundos Municipais verificamos o que segue:

No Fundo de Esportes e Lazer não houve mudança na dotação orçamentária entre 2005 e 2006, ficando com o mesmo valor de R\$ 100,0 mil.

No Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente houve um expressivo aumento de 175,3%, passando de R\$ 6,6 milhões para R\$ 18,2 milhões, refletindo a expectativa de aumento das doações, com a possibilidade dessas terem uma parcela expressiva com direcionamento definido por parte dos doadores.

No Fundo de Habitação houve uma queda de 23,4 %, diminuindo de R\$ 88,9 milhões para R\$ 68,1 milhões.

No Fundo do Sistema de Corredores houve também uma queda na dotação entre 2005 para 2006 de 19,8%, diminuindo de R\$ 281,9 milhões para R\$ 226,0 milhões.

No Fundo de Assistência Social houve um aumento de 86,4%, passando de R\$ 131,5 milhões em 2005 para R\$ 245,0 milhões. Este aumento expressa a aposta nos repasses federais decorrentes do Programa Nacional de Assistência Social – PNAS, e na implantação do Sistema Nacional da Assistência Social.

No Fundo Especial do Meio Ambiente houve um acréscimo de 33,2% aumentando de R\$ 1,0 milhão para R\$ 1,3 milhão.

No Fundo Especial de Promoção ocorreu um expressivo aumento na dotação, de 714,6%, passando de R\$ 1,4 milhão para R\$ 11,4 milhões.

No Fundo de Turismo não houve modificação na dotação orçamentária nos dois anos, permanecendo em R\$ 1,5 milhão.

No Fundo de Iluminação Pública houve uma queda na dotação, passando de R\$ 175,0 milhões para R\$ 168,3 milhões.

Já o Fundo de Preservação do Patrimônio é um Fundo novo e tem uma dotação simbólica de R\$ 1,0 mil.

**Despesas Orçamentárias das Empresas<sup>2</sup>****Tabela VI**

DESCRIÇÃO	Em R\$ Milhões		
	Orçado 2005	Orçado 2006	% orc 2006 / orc 2005
Anhembi Tur Event Cid S P S.A.	90,2	91,9	1,9%
Cia Metropolit Hab e São Paulo - COHAB-SP	299,5	282,2	-5,8%
Companhia de Engenharia de Tráfego - CET	249,9	369,9	48,0%

<sup>2</sup> No anexo II apresentamos a legislação e os objetivos de cada empresa



Cia de Proceos Dados do Munic SP - PRODAM	120,4	140,1	16,4%
Empresa Municipal de Urbanização - EMURB	556,9	621,4	11,6%
São Paulo Transportes S/A - SPTRANS	527,2	918,4	74,2%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.844,1</b>	<b>2.423,9</b>	<b>31,4%</b>

Fonte: Proposta Orçamentária para 2006 – anexo I

Pela Tabela VI, vamos observar como ficou a dotação orçamentária das empresas municipais.

Na Anhembi Turismo houve um pequeno aumento de 1,9% em sua dotação de 2006 em relação a 2005, passando de R\$ 90,2 milhões para R\$ 91,9 milhões.

Para a Companhia Metropolitana de Habitação, COHAB, houve uma queda de 5,8% diminuindo de R\$ 299,5 milhões para R\$ 282,2 milhões.

Em relação à Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, houve um aumento expressivo na sua dotação de 2006, de 48,0%, aumentando de R\$ 249,9 milhões para R\$ 369,9 milhões.

Na Companhia de Processamento de Dados, PRODAM, houve um aumento de 16,4%, passando de R\$ 120,4 milhões em 2005 para R\$ 140,1 milhões em 2006.

Para a Empresa Municipal de Urbanização – EMURB, houve um aumento de 11,6%, sua dotação inicial de R\$ 556,9 milhões passou para R\$ 621,4 milhões.

Finalmente a São Paulo Transportes, SPTRANS, teve um aumento significativo de dotação, de 74,2%, passando de R\$ 527,2 milhões para R\$ 918,4 milhões. Esse acréscimo está relacionado aos investimentos no Corredor Expresso Cidade Tiradentes, com R\$ 225,0 milhões; na Compensação Tarifária, com R\$ 300,0 milhões; e na Receita Própria, com R\$ 185,3 milhões. Esses aumentos de previsão de receita compensaram as perdas do FUNCOR, que foram estimadas em R\$ 282 milhões para 2005.

No conjunto, as empresas do município tiveram um aumento de 31,4%, passando de R\$ 1,8 bilhão em 2005 para R\$ 2,4 bilhões em 2006.

### **Dívida Pública do Município de São Paulo**

A Dívida Pública continua sendo um dos maiores desafios do governo municipal, pois os gastos neste item são extremamente altos e consomem boa parte do orçamento público.

Só com os juros da dívida para 2006 o gasto previsto no orçamento será de R\$ 1,43 bilhão, atingindo 8,56% do orçamento total. Se fizermos a comparação com a proposta orçamentária de 2005, onde a previsão deste gasto foi de R\$ 1,16 bilhão, temos um aumento de 22,4%

Quanto à amortização da dívida teremos para 2006 R\$ 377,7 milhões contra R\$ 356,61 milhões de 2005, um aumento de 5,91%.

Somando o pagamento de juros com a amortização do principal da dívida atingiremos em 2006 o valor de R\$ 1,8 bilhão. Com esses recursos daria para construir cerca de 90 mil casas populares.

O montante da dívida consolidada subiu de R\$ 31,55 bilhões, no final de 2004, para R\$ 38,84 bilhões, conforme os dados apresentados na proposta orçamentária enviada pelo poder Executivo à Câmara Municipal. Podemos observar que houve um aumento de 23,11%.

A posição que temos defendido é a de que deve haver um amplo debate em nossa cidade pela renegociação dessa dívida. Nesse debate, deve-se discutir o aumento do prazo de pagamento (hoje é de 30 anos) e, também, a diminuição do percentual de pagamento anual da Receita Líquida, passando-se dos atuais 13%, para 7% dessa receita. Desta forma a cidade poderá enfrentar os graves e inúmeros problemas que prejudicam a vida do cidadão paulistano.

## **ANEXO I - Leis e Decretos dos Fundos Municipais**

### **Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS**

Decreto 40.531 de 07/05/01 - Dispõe sobre a regulamentação do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, criado pela lei n. 12.524, de 1 de dezembro de 1997.

Lei 12.524 - dispõe sobre a Criação do CONSELHO MUNICIPAL (VETADO) de ASSISTENCIA SOCIAL. (PL 21/96) OBS: partes vetadas da Lei (referentes aos arts. 3.,4.,7.A 11) – Publicação DOM 24/03/01, P.1

### **Fundo Municipal de Turismo - FUTUR**

Decreto 32.861 de 21/12/92 - Regulamenta a Lei 11.198/92; cria o Fundo Municipal de Turismo, e dá outras providências.

Decreto 36.035 de 25/04/96 - Dispõe sobre a competência do conselho de orientação do Fundo Municipal de Turismo, instituído pelo Decreto 32.861, de 21/12/1992, e da outras providências.

### **Fundo Municipal de Iluminação Pública - FUNDIP**

Decreto 43.143 de 29/04/03 - Regulamenta a Lei N. 13479, de 30 de Dezembro de 2002, que institui no município de Sao Paulo a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, de dispõe sobre o Fundo Municipal de Iluminação Pública - FUNDIP.

Decreto 45.886 de 10 de maio de 2005 - da nova redação ao art 11 e ao "caput" do 14 do decreto no. 43143 de 29/04/03, que regulamenta a lei no. 13479, de 30/12/02, a qual institui no município de sao paulo a contribuicao para custeio do servico de iluminacao publica-cosip e dispoe sobre o Fundo Municipal de Iluminacao Pública-Fundip.

### **Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMCAD**

Decreto 32.783 de 14/12/92 - Regulamenta a Lei 11.247/92, que cria o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMCAD, e da outras providências.

Decreto 43.135 de 25/04/03 - Da nova regulamentação à Lei n. 11.247, de 01 de Outubro de 1992, que cria que cria o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMCAD, e da outras providências.

### **Fundo Municipal de Habitação**

Decreto 42.876 de 19/02/03 - Da nova redação aos Artigos 21,22, e 23do Decreto 36.471/96, que regulamenta o art 14 da Lei 11.632/94, dispõe estabelecimento política integrada habitação, voltada à população de baixa renda; autoriza a instituição, junto à COHAB/SP, Fundo Municipal de Habitação; cria o Conselho do Fundo Municipal de Habitação, e dá outras providências.

### **Fundo Municipal do Sistema dos Corredores Segregados Exclusivos para o Tráfego de Ônibus - FUNCOR**

Decreto – 36.885 de 28/05/97 - Regulamenta a lei 11.851 de 10/07/95, que institui o Fundo Municipal do Sistema dos Corredores Segregados Exclusivos para o Tráfego de Ônibus – FUNCOR, e dá outras providências.

### **Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais - FEPAC**

Decreto 29.683 de 17/04/91 - Cria o Fundo Especial de Promoção de Atividades Culturais – FEPAC, de acordo com a Lei 10.923/90, e dá outras providências.

### **Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA**

Decreto 41.713 de 25/02/02 - Regulamenta a Lei 13.155 de 29/06/01 que cria o Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FEMA, e dá outras providências.

### **Fundo de Esportes, Lazer e Recreação**

Lei 11.118 de 08/11/91 – Cria o Fundo Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.

### **Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano - FUNCAP**

PORTARIA Nº: 1 Ano: 1996 Secretaria: SMC Departamento: CONPRE - Constitui GT para apresentar minuta de decreto instituindo o Fundo de Proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Paulistano - FUNCAP.

### **Fundo de Desenvolvimento Urbano**

Decreto 43.231 de 22/05/03 - Regulamenta o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei n. 13.430, de 13 de setembro de 2002, que aprovou o plano diretor estratégico.

Fonte: [www.prefeitura.sp.gov.br](http://www.prefeitura.sp.gov.br) – link Secretaria de Negócios Jurídicos/Legislação – nov/05

## **Anexo II – Legislação e Objetivos das Empresas**

**Companhia de Engenharia de Tráfego - CET** – Empresa vinculada à Secretaria Municipal de Transportes

BASE LEGAL: - Empresa criada pela Lei nº 8.394 de 28 de maio de 1976, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.399, de 23 de novembro de 1987.

OBJETIVOS SOCIAIS DA EMPRESA: - Planejar e implantar, nas vias e logradouros do município, a operação do sistema viário com o objetivo de assegurar fluidez do trânsito e do tráfego além de maior segurança; Promover a implantação e a exploração econômica de equipamentos urbanos e atividades complementares, na forma e em locais definidos pelo Executivo Municipal, visando melhorar as condições do trânsito e do tráfego; Prestar serviços ou executar obras relacionadas à operação do sistema viário, mediante contratos com pessoas de direito público ou privado e, ainda, com pessoas físicas.

Fontes de recursos

Tesouro Municipal -	R\$ 327.141.920
Rec condicionada -	R\$ 10.000.000
Rec propria -	R\$ 32.783.660
<b>Total</b>	<b>- R\$ 369.925.580</b>

**Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB** – Empresa vinculada à Secretaria de Habitação e Fundo Municipal de Habitação

BASE LEGAL: Empresa criada pela Lei Nº 6.738 de 16.11.65 e alterada pela Lei Nº 8.310 de 27.10.75.

OBJETIVOS SOCIAIS DA EMPRESA: Construção de unidades habitacionais populares, urbanização e provimento de serviços básicos aos núcleos habitacionais.

Fontes de recursos

Tesouro Municipal -	R\$ 64.712.200
Rec condicionada -	R\$ 10.000.000
Rec propria	R\$ 184.149.239
Oper Creditos -	R\$ 12.068.062
<b>Total</b>	<b>R\$ 270.929.501</b>

**Companhia de Processamento de Dados do Município de São Paulo - PRODAM** - Empresa vinculada à Secretaria Municipal de Gestão

BASE LEGAL: Empresa criada pela Lei nº 7.619 de 23.06.71; Estatuto social atualizado, registrado sob nº (AGO/AGE de 26.04.99) JUCESP ? 77.575/99-4, de 24.05.99.

OBJETIVOS SOCIAIS DA EMPRESA: - Normatização e execução de serviços de processamento de dados e tratamento de informações para órgãos de administração direta e indireta do Município; assessoria técnica a órgãos e entidades da administração pública em geral; execução de serviços de processamento de dados para entidades privadas, sem prejuízo dos objetivos anteriores e mediante prévia deliberação da Diretoria.

Fontes de recursos

Tesouro Municipal -	R\$ 1.001.000
Rec propria -	R\$ 139.098.831
<b>Total</b>	<b>- R\$ 140.099.831</b>

**Empresa Municipal de Urbanização - EMURB** – Empresa vinculada às Secretarias de Planejamento, Infra-Estrutura Urbana e Obras e Secretaria de Cultura

BASE LEGAL: Empresa criada pela Lei nº 7.670 de 24.11.71 e pelo Decreto nº 12.579 de 28.01.76

OBJETIVOS SOCIAIS DA EMPRESA: Execução de programas e obras de desenvolvimento urbano compreendendo: reurbanização de áreas em processo de transformação ou em vias de deterioração; urbanização de áreas não ocupadas; recuperação e reciclagem de edifícios em deterioração; promover a implantação e exploração econômica de equipamentos urbanos.

Fontes de recursos

Tesouro Municipal	R\$ 92.260.417
-------------------	----------------

Receita condicionada	R\$	43.000.000
Receita propria	R\$	207.781.000
Operações de Creditos	R\$	71.861.680
Transf Federal	R\$	126.500.000
Transf Estadual	R\$	80.000.000
<b>Total</b>	<b>R\$</b>	<b>621.403.097</b>

**São Paulo Transporte S/A - SPTrans** – Empresa vinculada à Secretaria de Transportes e Fundo Municipal do Sist Corredores Segregados

BASE LEGAL: (Resumo da Legislação apresentada no orçamento da Secretaria Municipal de Transportes)

Decreto-Lei Estadual nº 15.958, de 14/08/1946, dispendo sobre a concessão de serviço de transporte coletivo de passageiros, com as medidas complementares do Decreto-Lei Municipal nº 365 de 10.10.1946;

Decreto nº 987, de 18/06/1947, que autoriza o funcionamento da CMTC;

Ata da Assembléia Geral Extraordinária dos Acionistas da CMTC, realizada em 08/03/95 - Alteração do Estatuto para a mudança da denominação da empresa para São Paulo Transporte S/A.

Lei nº 11.851, de 10/07/95 e alterações - Dispõe sobre a instituição do Fundo Municipal do Sistema do Corredores Segregados Exclusivos para o Tráfego de Ônibus ? FUNCOR, e dá outras providências;

Decreto nº 36.885, de 28/05/97 - Regulamenta a Lei 11.851, 10 de julho de 1995, que institui o Fundo Municipal do Sistema dos Corredores Segregados Exclusivos para o Tráfego de Ônibus ? FUNCOR, e dá outras providências;

Lei nº 13.241, de 12/12/01 - Dispõe sobre a organização dos serviços do Sistema de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros na cidade de São Paulo, autoriza o Poder Público a delegar a sua execução, e dá outras providências.

OBJETIVOS SOCIAIS DA EMPRESA: - Exploração dos serviços públicos de transporte de passageiros, exceto o metroviário.

Fontes de recursos

Tesouro Municipal	R\$	558.101.940
Receita condicionada	R\$	25.000.000
Receita propria	R\$	185.289.195
Transferencias Federal	R\$	150.000.000
<b>Total</b>	<b>R\$</b>	<b>918.391.135</b>

**São Paulo Turismo S.A.** – Empresa vinculada às Secretaria do Governo Municipal, Secretaria de Educação, Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação, Secretaria da Cultura, Encargos Gerais do Município, Secretaria de Relações Internacionais e Fundo Municipal de Turismo

BASE LEGAL DA INSTITUIÇÃO: A São Paulo Turismo S.A é uma sociedade anônima que segue os princípios da Lei nº 6.404/76. Foi instituída através de Assembléia Geral em 05/02/68, originalmente de capital autorizado e no decorrer do tempo a Prefeitura Municipal de São Paulo tornou-se acionista majoritária.

OBJETIVOS SOCIAIS DA EMPRESA: Destacamos entre seus vários objetivos a locação, comodato, arrendamento ou qualquer forma de cessão para terceiros de área de sua propriedade localizadas no interior do parque Anhembi; Produção, divulgação e organização de eventos de qualquer espécie, realizados pela sociedade ou por terceiros; fornecimento de infra estrutura, contratações artísticas, servilos, materiais relacionados à produção e realização de eventos em geral, organizados ou não pela sociedade

Fontes de recursos

Tesouro Municipal	R\$	40.299.650
Rec propria	R\$	51.151.900
Outras Fontes	R\$	400.000
<b>Total</b>	<b>R\$</b>	<b>91.851.550</b>

Fonte: Anexo IV da Proposta Orçamentária do Município de Saõ Paulo para 2006